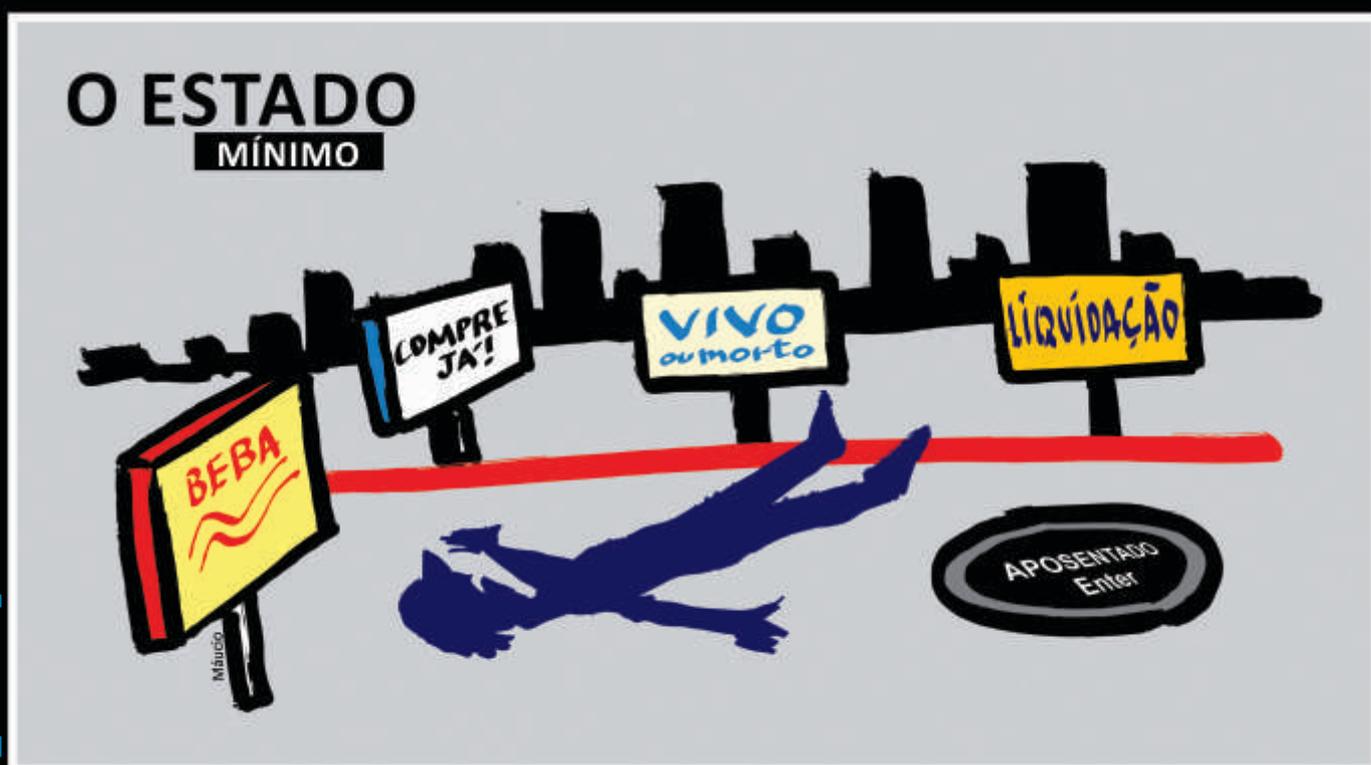


REVISTA DIGITAL DO SEMINÁRIO

# SERVIDOR PÚBLICO: UM PESO PARA A SOCIEDADE?



CARREIRA DOCENTE, APOSENTADORIA  
E DIREITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

# Apresentação

Esta revista é uma publicação eletrônica do seminário “*Servidor Público: um peso para a sociedade?*”, que aconteceu em Santa Maria, Rio Grande do Sul, nos dias 5 e 6 de abril de 2018. A organização do evento foi do Grupo de Trabalho de Seguridade Social (GTSSA) da Sedufsm, junto com seções sindicais gaúchas e a Regional RS do ANDES-SN, além da seção do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe). Aqui estão contidos artigos, reportagens, entrevistas, fotografias e vídeos que tentam resumir a grande gama de temáticas discutidas durante os dois dias de seminário. Você pode navegar pelos tópicos e sessões de nossa revista através do índice responsivo na página a seguir. O objetivo é ampliar o debate sobre a carreira e a importância do serviço público, bem como criar um registro perene das impressões deixadas pelo evento. Esperamos, assim, contribuir para a formação intelectual e a reflexão crítica.

**Boa leitura.**

## Sumário

Apresentação	03
Editorial	04
Projeto de Estado e carreira do servidor	05
Entrevista com Magali Pastorino: <i>“Se queremos exemplos de resistência, olhemos para nosso passado”</i>	06
Fotolegenda “(O) 'Jardim'”	07
Entrevista com Max Leno de Almeida: <i>“O gasto social brasileiro não é elevado na comparação internacional”</i>	08
Entrevista com Aragon Erico Dasso Junior: <i>“Os movimentos sociais serão eliminados sempre que representarem risco real ao poder instituído”</i>	10
Fotolegenda “Leveza”	12
Desde 1988, docentes só perdem direitos	13
Entrevista com Marcos Verlaine: <i>“Não há solução para os complexos problemas nacionais fora da política”</i>	14
Fotolegenda “Saúde em Pauta”	16
Depois da reflexão, ação	17
Editorial	18
Expediente	20

Confira conteúdo digital exclusivo (palestras na íntegra e reportagens em vídeo) no site da Sedufsm

[www.sedufsm.org.br](http://www.sedufsm.org.br)

## Editorial



Viveu-se e se viverá momentos de confluência de forças que antes estavam dispersas ou desmotivadas a ir às ruas. Contudo há espaço de resistência e talvez seja uma alternativa única para nós e para o país.

Dito assim soa como um otimismo simplista e ingênuo. Mas não se atrapalhem. Não pensem que somos tolos, bobos alegres que rimos de tudo e se está achando tudo maravilhoso. Não é isso. Estar sensível é ser revolucionário. Não se esqueçam disso. O pessimista é reacionário, sempre.

Quanto mais sensível, mais nos permitimos escutar, falar e pensar no poder, no exercício do político. Com esta sensibilidade, ao contrário do que muitos imaginam estamos nos remetendo ao debate epistemológico acerca de como se estabelece a relação entre a realidade concreta e o âmbito abstrato, normalmente atribuído ao conhecimento humano.

Logo, estabelecer um conhecimento é, igualmente, problematizar a maneira como o poder está sendo exercido. Assim, instituir um conhecimento e exercer o poder são práticas dos seres vivos racionais que, relacionadas, nos remetem diretamente a um dos problemas filosóficos de maior recorrência, ou seja, a relação entre concreto e abstrato.

Então saber e poder estão no centro desta sensibilização não apenas como relação de poder, mas, também, como exercício do poder na produção do conhecimento, no percurso do abstrato, do material e do imaterial.

Como se pode pensar que há repressão na expressão desse percurso para situá-lo nos discursos da regulação, mediação e atualização para retroalimentar a produção de um conhecimento desatento com o sofrimento das pessoas e de coletivos inteiros, o seminário "Servidor Público: um peso para sociedade?" buscou ser um motivador da luta pelos direitos dos trabalhadores públicos.

Assim, focado no docente que atuou nas Universidades Federais do Rio Grande do Sul e hoje se encontra aposentado do trabalho de docência, mas, não somente e, exclusivamente, neste coletivo de docentes, por que a proposição foi pensar e dialogar como defender os direitos constitucionais dos

servidores públicos, especialmente, dos trabalhadores em educação lotados nas Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Institutos Tecnológicos.

Logo, o foco foi problematizar nossas práticas e tudo aquilo que aconteceu conosco durante o exercício da prática docente, mas também teve lugar para aqueles que ainda estão no desempenho da ação educativa, pois não podemos esquecer que a Vida é muito maior do que qualquer sala de aula, do que um departamento, do que um curso, de um centro em que se esteve lotado ou ainda se está. Até mesmo a condição do exercício de uma das tantas funções em que se está ou que já se exerceu.

Com esta proposição nada modesta de perscrutar a importância do indivíduo frente a todas as pressões e coerções que sobre ele são exercidas pelo Estado e sua ideologia da "autoridade", ou seja, esboçar quais são as nossas brigas na contemporaneidade, pela luta da sobrevivência em meio aos sinais da virtualidade em que precisamos estar nos reinventando cotidianamente, se buscou na estética da arte, entre um debate e outro, retemperar as ferramentas de luta.

Por quê? Por que igualmente sabemos que viver é melhor do que sonhar, embora os nossos sonhos não tenham envelhecido. E por que não envelheceram?

Talvez por que em cada dia, em cada prática, em cada agir, em cada luta na defesa de nossos direitos, "o sinal esteve fechado para nós que éramos jovens" de mente e corpo e, hoje, continuamos jovens por que nossos sonhos continuam pulsando. A diferença talvez esteja nas nossas paixões, pois hoje nossos braços já não abraçam e nem beijam na rua, eles estão cooptados pela nova invenção, na qual sem sair do lugar se é capaz de estar em lugares que não se vê. Neste sentido, esta produção deseja ser a extensão do seminário "Servidor Público: um peso para Sociedade?", e que, assim, alcance aqueles e aquelas que estão nos lugares que não se vê, mas que se sabe que são habitados não por aqueles que amam o passado que não viram e não veem hoje, pois o novo sempre está em busca de afirmar a Vida.

**Francisco Freitas**

Professor aposentado da UFSM e integrante do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) da Sedufsm

## Projeto de Estado e carreira do servidor

Apesar de diferentes governos, a lógica do desmonte permanece



Aumento de níveis para progressão, congelamento salarial e lógica das gratificações são algumas das ferramentas para o desmonte da carreira.

Na avaliação do professor Luiz Henrique Schuch, ex-presidente do ANDES-SN e atual diretor da Adufpel, a definição da "carreira do servidor" não se dá através de tabelas ou níveis de remuneração, mas sim pela disputa de projetos para a configuração do Estado. Durante o seminário "Servidor Público: um peso para a sociedade?", Schuch falou na tarde do dia 5 de abril sobre o tema "Carreiras: do ingresso à aposentadoria". Desta mesa também fez parte a professora Nará Quadros, do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), de Santa Maria.

Em sua explanação, Schuch historicizou, de forma resumida, o processo que levou à construção, durante a Constituinte de 1988, de um projeto de carreira para o conjunto do funcionalismo que estivesse atrelado a uma visão de Estado social. Na avaliação do sindicalista, a desconstrução desse projeto foi se dando com o passar dos anos, especialmente a partir da metade dos anos 1990, quando o projeto neoliberal começou a ser implantado de forma mais planejada no país.

Já a diretora do Sinasefe, Nará Quadros, fez um detalhamento do que tem acontecido com a carreira dos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) nos últimos tempos. Segundo ela, nenhuma carreira sofreu tantas modificações "negativas" quanto a do professor. Em uma década e meia, ressaltou, o governo desestruturou totalmente a carreira. Ao aumentar níveis para progressão, por exemplo, além de evitar que os servidores cheguem ao topo da

carreira com rapidez, o governo "derruba" os aposentados, pois estes não têm mais como progredir.

### Lógica neoliberal

O raciocínio do professor Luiz Henrique Schuch, que acompanha as negociações com os governos desde a década de 1990, quando presidiu o ANDES-SN (1994-96), é de que foi instituída uma lógica no governo Fernando Henrique Cardoso, através da reforma do Estado, instituída pelo então ministro Bresser Pereira. Essa lógica é a do congelamento salarial, com a implementação de gratificações, que além de poderem ser retiradas a qualquer momento, não incidem para os aposentados.

Apesar de os governos tucanos terem resistido até 2002, e depois ter havido a ascensão do petismo (de 2003 até 2016), a tática mudou, mas foi mantida uma lógica de desconstrução da carreira, se dando por ações como, por exemplo, a quebra do PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos). Para Schuch, a desestruturação da carreira se dá nos efeitos dessas ações governamentais, com a quebra dos vínculos internos, na hierarquização e alongamento da carreira, no rompimento dos fundamentos da dedicação Exclusiva (DE), etc. Todas essas mudanças impactando diretamente junto a aposentados e pensionistas, resalta o professor.

Magali Pastorino

## “Se queremos exemplos de resistência, olhemos para nosso passado”

A pesquisadora uruguaia Magali Pastorino nos pede para resistirmos com “criatividade, com coragem e com o que temos”.

Pesquisadora da história da autonomia universitária no Uruguai e da resistência política dos docentes e estudantes daquele país durante a ditadura civil-militar, entre 1973 e 1985, a professora Magali Pastorino, da Escola de Belas Artes do Uruguai, defende uma cátedra autônoma e engajada socialmente com o espaço geográfico em que se encontra. A professora argumenta que é fundamental que a universidade assumira seu papel social neste momento de avanço do conservadorismo e do autoritarismo na América Latina. E para Pastorino, a passividade dos professores só tem a contribuir com a deterioração do ambiente político. Como fazer este enfrentamento a partir da Universidade? Segundo a professora, a resposta está no passado.

**Sedufsm** - *Como construir alternativas de pedagogia e educação que façam contraponto ao atual momento de recrudescimento do conservadorismo e do avanço do pensamento de direita autoritária ao redor do mundo e também na América Latina?*

**Pastorino** - Eu penso que quando a educação se desenvolveu com ideias mais progressistas de pedagogia em nossos países (Brasil e Uruguai) foi justamente durante os regimes conservadores, de direita e ditatoriais que tivemos. Então, se queremos ter ideias de como promover a educação como ferramenta de mudança social, devemos olhar para as nossas histórias, buscar esse resgate. Porque houve resistência, vamos aprender com eles que já passaram por isso. É possível que esta tendência à direita autoritária se recrudesça, como ocorreu na Europa, por toda a América Latina. E não adianta esperar uma solução mágica e totalmente inovadora. Então eu penso que a comunidade de educadores, dentro de nossos países e também na América Latina, deve se aproximar, deve aprender a confiar nas capacidades de cada um de nós e construir a resistência, porque esse é o exemplo que a história nos dá e parados não iremos conquistar nada. Temos que resistir, com criatividade, com coragem, com o que temos.

**Sedufsm** - *Que importância tem a autonomia universitária nestes cenários de repressão da liberdade de expressão e do livre pensamento?*

**Pastorino** - Eu acredito e valorizo muito a independência universitária. Sei que é relativa, já que dependemos do financiamento público, e que se um governo quiser enfraquecer a universidade, é só tirar-lhe o dinheiro. Mas é imprescindível que possamos administrar nossas universidades sem ter a direção de algo central, como o governo, podendo gerar nossas próprias reflexões, segundo o que pesquisamos, com nossa própria capacidade de observação e com o contato com a sociedade, com a extensão. Temos as ferramentas fundamentais para dizer que somos

autonomia, não autarquia. Estamos na sociedade, fazemos parte, mas não temos porquê trazer imperativos do governo, porque o governo tem outras intenções. O governo quer gerar controle através de seu plano de governo. Porém, pode se governar o conhecimento? O conhecimento não se governa, se constrói. Precisamos de liberdade para criar estas perspectivas. Então, a autonomia é fundamental. Podermos administrar nossos espaços de saber sempre mantendo um referencial social, que é o que nos dá materialidade, sentido.

**Sedufsm** - *E como fazer o conhecimento construído nas universidades serem realmente ferramentas de transformação social?*

**Pastorino** - A universidade não pode ser inacessível, inalcançável, detentora de todo o saber. Precisamos aterrissar, a universidade deve fazer parte da terra, do ambiente em que ela existe, não deve ter muros. É necessário para o docente, inclusive essa conexão com o local, para que não adoça. Essa forma de vida desconectada com o local, com a terra e o ambiente em que se habita acaba por adoecer a todos nós, por nos enlouquecer. E é preciso que tenhamos saúde, que nos cuidemos enquanto comunidade, para que possamos nos ajudar socialmente, de forma mais ampla.



Texto e foto: Ivan Lautert

## O Jardim

A professora do curso de Dança da UFSM, Tatiana Joseph, apresentou na tarde de 5 de abril, um fragmento de (O) 'Jardim', uma proposta quase contemplativa sobre a natureza e o tempo, estabelecendo pontos de contato com a reflexão sobre o que fazemos ou o que fizemos de nosso tempo de vida, tudo isso sob a trilha sonora do verão de Vivaldi (Summer). A performance teve participação das acadêmicas Ana Julia, Giullia, Natalia e Isadora, e trouxe um outro olhar diferente entre os muitos debates presentes na programação do seminário “Servidor Público: um peso para sociedade?”.



Texto e foto: Fritz Nunes

# Max Leno de Almeida

## Gasto social brasileiro não é elevado



Texto e fotos: Fritz Nunes

### Supervisor do Dieese, Max Leno de Almeida defende a necessidade de um debate profundo sobre a função social do Estado.

O crescimento do gasto social é um fenômeno global associado ao avanço do processo democrático em sociedades industrializadas. E, no Brasil, se for feita uma comparação internacional, o gasto social não é elevado. A análise é de Max Leno de Almeida, supervisor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), em entrevista à assessoria de imprensa da Sedufsm. Ele participou, na tarde do dia 5 de abril, da mesa "A situação econômica do servidor público". O tema abordado fez parte da programação do seminário "Servidor público: um peso para a sociedade?".

Na entrevista concedida, Max considerou que o debate sobre a maior ou menor participação do Estado ganhou destaque, sobretudo no período recente, com a desaceleração do crescimento econômico e a elevação da dívida pública. Segundo ele, apesar das justificativas do atual governo quanto à necessidade de se controlar os gastos públicos primários, vindo a se constituir, inclusive, como um dos pilares das reformas do atual governo, é possível verificar que a dívida pública, ao contrário dos objetivos almejados pelo governo, acelerou a sua trajetória de alta, passando de aproximadamente 56% do PIB no final de 2014, para mais de 70% no período mais recente.

Confira a seguir os principais pontos da entrevista, especialmente no que se refere ao papel do movimento sindical em todo esse processo:

**Sedufsm** - *De que forma o movimento sindical pode cobrar do Estado uma retomada das suas funções, para garantir que a sociedade possa ter um serviço público de qualidade, em áreas vitais como educação e saúde?*

**Almeida** - A crítica ideológica contra o Estado Social (de 1988) negligencia que o crescimento do gasto social é fenômeno global associado ao avanço do processo democrático em sociedades industrializadas; que o gasto social brasileiro não é elevado na comparação internacional; e, sobretudo, que a Constituição Federal de 1988 (CF-88) representa inédita conquista da cidadania social no Brasil, com consequências evidentes na ampliação do gasto social que foram represados por mais de quinhentos anos. Sendo assim, dentre as várias ações a serem empreendidas e intensificadas por parte do movimento sindical, é fundamental que muitas delas estejam vinculadas a uma atuação cada vez mais firme e presente, tanto nas discussões e decisões que ocorrem no âmbito dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), como também atuações que envolvem um acompanhamento mais presente e sistemático nos debates relativos ao ciclo orçamentário (PPA – Plano Plurianual; LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual) e seus desdobramentos, com destaque para o fato de que o orçamento público desempenha funções que vão muito além de seu uso como mero instrumento de registro contábil das contas do governo. Afinal de contas, além de servir como peça de escrituração contábil, considerando-se que o governo deve

prestar contas à sociedade sobre o uso dos recursos que dela retira, por meio da tributação, para o financiamento de suas atividades, ele representa, na sua origem, uma arena onde são negociados os montantes da riqueza que será transferido para o Estado, definindo-se, assim, o seu tamanho, a distribuição entre os membros da sociedade dos custos que representa, bem como os setores que se beneficiarão com os seus gastos. Nessa visão, o orçamento pode ser visto como o espelho da vida política de uma sociedade, uma vez que registra e revela, em sua estrutura de gastos e receitas, as classes e/ou frações de classes que arcarão com o maior ou o menor ônus da tributação, assim como as que mais se beneficiam com a destinação destes recursos. Essa dimensão política do orçamento, de servir como instrumento de controle das ações do Estado e também de campo de escolhas orçamentárias, à medida que a cobrança de tributos bem como a realização de suas despesas afeta, de forma diferenciada, as classes e frações de classes da sociedade, por não se tratarem de iguais, demanda, assim, um arranjo de representação das mesmas no seio do Estado para que essas decisões não despertem conflitos acentuados que venham a comprometer tanto a estabilidade social, como também áreas consideradas vitais, como saúde e educação.

**Sedufsm** - *É possível pensar em um Estado que cumpra sua função social sem discutir com profundidade o atrelamento do orçamento federal e do orçamento dos demais entes da federação ao pagamento dos juros da dívida pública?*

**Almeida** - O debate sobre a maior ou menor participação do Estado ganhou destaque, sobretudo no período recente, com a desaceleração do crescimento econômico e a elevação da dívida pública. Apesar das justificativas do atual governo quanto à necessidade de se controlar os gastos públicos primários, vindo a se constituir, inclusive, como um dos pilares das reformas do atual governo, verifica-se que, a dívida pública, ao contrário dos objetivos almejados, e em função justamente da sua componente financeira (resultados nominais e não primários), acelerou a sua trajetória de alta, passando de aproximadamente 56,0% do PIB no final de 2014 para mais de 70,0% no período mais recente. Conforme já mencionado, estabeleceu-se que os gastos sociais seriam a raiz do desajuste fiscal brasileiro. E que cortar esses gastos primários seria pré-requisito para a redução dos gastos financeiros. Ocorre que a realidade aponta exatamente na direção contrária. O déficit nominal no Brasil mais que triplicou, de 3,0% do PIB em 2013, para 10,3% do PIB em 2015, por exemplo. Como consequência, a dívida bruta aumentou de 56% do PIB em dezembro de 2013, para 70% do PIB em junho de 2016. Ou seja, o incremento no endividamento público está diretamente relacionado ao componente financeiro. É importante sublinhar que os gastos com juros beneficiam algumas centenas de indivíduos e instituições financeiras, e que muitas das demais despesas orçamentárias beneficiam, direta e/ou indiretamente, milhões de brasileiros, principalmente os de menor renda. Em suma, os dados revelam que a principal causa do crescimento da dívida pública no Brasil são os juros abusivos que

incidem nas operações de política monetária, cambial e de crédito realizadas pelo Banco Central e pelo governo federal. O mais grave é que, nessa cruzada contra os gastos sociais, além de não se fazer referência aos gastos com juros sobre a dívida pública, outras questões que dizem respeito ao orçamento federal não vem sendo devidamente revistas ou equacionadas, tais como: a perda de receitas por conta das renúncias tributárias concedidas pelo governo, como também o fato de que anualmente a União deixa de arrecadar mais porque não há políticas eficazes de combate à sonegação fiscal. Nessa lógica de tornar o ajuste fiscal um processo sem fim, intensifica-se o círculo vicioso da austeridade, dos cortes dos gastos e dos investimentos, aprofundando-se a fragilidade relativa às receitas públicas, comprometendo-se, assim, o crescimento e o desenvolvimento do país. Enfim, reforça-se, cada vez mais, a necessidade de que a sociedade venha a debater com profundidade não só a importância de o Estado vir a cumprir sua função social, e de que maneira, como também discutir com clareza e transparência as questões que envolvem o atrelamento do orçamento federal, e dos demais entes da federação, ao pagamento dos juros da dívida pública diante das mazelas que tal fato tem provocado em relação, principalmente, à situação econômica, política e social do país.



Aragon Dasso Júnior

# Movimentos sociais e Estado: uma relação conflitiva

Para professor da UFRGS, os “movimentos sociais serão eliminados sempre que representarem risco real ao poder instituído”

**A**ragon Dasso Júnior, professor da Escola de Administração da UFRGS, veio a Santa Maria no dia 6 de abril (segundo dia de seminário) ministrar a palestra “Movimentos Sociais e América Latina”. Aproveitamos o ensejo para conversarmos com ele sobre a criminalização de movimentos sociais por parte do Estado, bem como sobre os obstáculos colocados aos setores progressistas que se dispõem a disputar o poder político. Para o docente, um erro histórico cometido pela esquerda brasileira é governar com os mesmos instrumentos políticos forjados pela própria direita. Na página ao lado você confere como foi a prosa:



**Sedufsm** - Hoje há uma percepção de que o pensamento conservador está mais fortalecido e desavergonhado. O senhor concorda? Que fatores teriam contribuído para isso?

**Aragon** - A criminalização dos movimentos sociais de base popular sempre existiu, assassinatos de líderes comunitários sempre existiram, não havia era tanta mídia sobre isso. Depois (da ditadura) pensava-se que os movimentos sociais cresceriam, que os sindicatos virariam cidadãos e não lutariam apenas por pautas corporativas, e que a gente não ia ter uma fragmentação de movimentos sociais, mas sim lutas por direitos. Porém, começamos a criar movimentos sociais muito focados (aqueles movimentos chamados “identitários”), o que gerou fragilização. Quando um movimento desses coloca de fato em risco o capital, é eliminado de forma muito fácil, pois o Estado tem o monopólio da violência, e se o Estado está na mão de uma estrutura conservadora, ele vai utilizar a legitimidade, em tese, para isso.

Um governo de corte conservador em um Estado liberal permite uma crítica que não seja contundente. Quando essa crítica é contundente, ataca e coloca em risco a estrutura de poder, é eliminada. Por isso hoje vemos claramente quais são os movimentos sociais servis e permissivos, e quais são os que estabelecem uma tentativa de ruptura. Os movimentos sociais sempre são um risco e serão eliminados sempre que esse risco for real. Sobre essa eliminação, hoje temos mais informação. Divulga-se muito mais rapidamente o assassinato de um líder no interior do estado do Pará, por exemplo, enquanto em outros momentos isso era quase uma informação privilegiada.

**Sedufsm** - O senhor comentou bastante sobre a importância de a esquerda disputar o poder político. Mas como lidar com a contradição de disputar o poder e, quando esse é conquistado, deparar-se com um aparato não permissivo às forças mais progressistas?

**Aragon** - A esquerda comete um erro histórico e trágico para ela mesma: trabalha muito na teoria de Estado, na construção de outro Estado que ela imagina, mas tem preconceito com algumas instituições criadas pela classe burguesa. Ela (esquerda) vê a administração pública e as instituições com preconceito. Não pensar uma teoria da administração pública para dar conta desse perfil de Estado é uma grande falha estratégica. Ela acha que depois, quase num voluntarismo, governa. E aí não cria organizações próprias, não pensa em tipos de agentes públicos que precisa. Então vai se deparar, por exemplo, com uma polícia que é, historicamente, um monopólio da

violência por parte da classe burguesa, e não pensa numa polícia mais humana, de preservação de direitos, desarmada.

Aí tu pegas um partido de esquerda progressista, ele assume um governo e quando chega lá governa com os instrumentos que o Estado de corte liberal deixou. Eles não pensam em como governar, em como reorganizar as instituições, não têm uma base teórica. Essa é uma falha histórica porque a direita tem essa base. Ganhando eleição ou conquistando o poder no golpe, a primeira coisa que a direita faz é um conjunto de reformas constitucionais. A esquerda ganha e diz que não vai transformar nada em lei porque isso é institucionalizar e engessar, então faremos a nossa política pública de governo. Aí troca-se o governo, revoga-se tudo e começa-se de novo, porque não foi ancorada na Constituição, não tem uma institucionalização.

Historicamente, em vários lugares do mundo, morreu-se na falta de perspectiva teórica sobre uma administração pública para um perfil de estado progressista. Nesse sentido, elogio o Hugo Chavez porque na Venezuela se pensou muito nisso; no Brasil não, Lula e Dilma, por exemplo, governaram com instituições tradicionalmente conservadoras.

**Sedufsm** - O senhor concorda com a afirmação corrente de que a Constituição brasileira é, hoje, letra morta?

**Aragon** - A Constituição surge como um movimento reformista em 1988, mas aí ocorre um fenômeno chamado de confluência perversa. Em 88 havia uma série de aspirações para um novo arranjo, inclusive nos meios de comunicação. Entretanto, quando estamos ensaiando implementar a Constituição, chega ao Brasil, nos anos 90, o Estado de corte neoliberal. E essa onda neoliberal olha para a Constituição brasileira e diz assim: “ela é um obstáculo, um retrocesso, é preciso reforma-la”. E a gente começa a reformar a Constituição de forma hiperveloz. Temos hoje 100 emendas constitucionais. Num período de 30 anos, a Constituição foi alterada mais de 100 vezes. E nenhuma dessas vezes foi por referendo popular, apenas por arranjo parlamentar. Aquele espírito de 88 se fragilizou pela chegada desse movimento de corte neoliberal, que ressignifica um conjunto de conceitos como cidadania, sociedade civil e participação, fazendo com que muitas das normas que estavam previstas na Constituição virem apenas programáticas. Inclusive, a direita operou muito bem com isso em 88: quando via que ia perder a batalha, dizia 'deixa colocar na Constituição, mas depois, quando tivermos de decidir como regulamentar, a gente debate no varejo, onde temos força'. Nós temos, hoje, um Estado de corte neoliberal que olha para a nossa Constituição e diz: “não posso aplicá-la ou tenho que reformá-la”.

# Leveza

O segundo dia de seminário iniciou com apresentação artística novamente liderada pela professora Tatiana Joseph. Na manhã da sexta-feira, 6 de abril, música e dança entraram em cena, saudando os (as) participantes que chegavam ao Centro de Eventos do Hotel Morotin. A intervenção da professora e de suas (os) alunas (os), acompanhadas (os) das instrumentistas Ruth Kuhn e Naira Doeler, conferiram um pouco de leveza a uma dura manhã de debates que deu sequência ao momento cultural.

Texto e foto: Bruna Homrigh



## Desde 1988, docentes só perdem direitos

**Assessores jurídicos comentam deformações na carreira e ameaças da Reforma da Previdência**

‘Desde a Constituição de 1988, todas as leis e emendas só trouxeram perdas aos servidores públicos’, atestou a advogada Luciana Rambo, assessora jurídica do escritório Wagner Advogados Associados, na segunda manhã de seminário. Alguns exemplos elencados pela palestrante expressam tais perdas:

**1998:** Emenda 20 elimina a aposentadoria especial para docentes do ensino superior, prevista na Constituição promulgada apenas dez anos antes. Essa mesma emenda já desenha os regimes de previdência complementar como opções possíveis num futuro próximo.

**2003:** Emenda 41 põe fim à paridade e à integralidade. A primeira refere-se à extensão de todos os direitos conquistados pelos docentes ativos aos aposentados; e a segunda garante que, ao se aposentar, o docente receba um valor de aposentadoria correspondente ao último salário conquistado quando ainda estava na ativa. A partir da quebra dessa integralidade, o docente não mais recebe o valor do último salário, e sim o valor obtido a partir da média aritmética dos salários recebidos. Isso reduz os valores de aposentadoria.

Ainda na Emenda 41 tem-se a redução das pensões e a contribuição dos inativos sobre o que ultrapassar o teto do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**2012:** Lei 12.618 concretiza o que, na Emenda 20, era apenas uma ameaça: a instituição do regime de previdência complementar do servidor público, com vigência a partir de 4 de fevereiro de 2013.

**2015:** Lei 13.145 retira o caráter vitalício das pensões por morte, prejudicando os cônjuges dos servidores aposentados. Segundo as novas regras, se o servidor falecido tiver menos de dois anos de serviço público, ou se a relação do servidor com seu cônjuge for, também, inferior a dois anos, este último só receberá a pensão por quatro meses. Da mesma forma, se o cônjuge tiver menos de 44 anos, a pensão também é temporária.

Na sequência, quem participou do debate foi o assessor jurídico, também do Wagner Advogados Associados, Jean Silva, que também tratou das sucessivas distorções na carreira dos docentes. “Com o passar do tempo, a estrutura da carreira foi se ampliando (com a criação de novas classes e níveis) e isso dificulta o avanço do docente ao topo da carreira”, apontou o advogado.

Luciana Rambo: mesmo quem já tem direito adquirido sofre com as perdas.



Texto e fotos: Bruna Homrigh

Marcos Verlaine

# Não confundir política com políticos

Para o assessor do DIAP, apesar da descrença, é fundamental perceber que “não há solução fora da política”.

**D**iscutir política nunca foi tão importante. Se fosse possível resumir, talvez esse fosse o balanço final do que foi abordado em um dos últimos espaços do seminário “Servidor Público: um peso para a sociedade?”. Isso porque a Mesa VI, a penúltima do evento, trouxe como temática aquela que é a senhora de toda e qualquer ação política: a análise de conjuntura. A partir dessa é que se baseia, em regra, como iremos agir. E em 2018, a conjuntura política recente deve ter um ponto de impacto bastante definido, com a realização das eleições presidenciais. Foi sobre essa que um dos painelistas da Mesa VI dedicou boa parte da sua fala. Analista político e assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Marcos Verlaine deu destaque especial a nossa necessidade de não perder a fé no exercício da política e, essencialmente, sabermos escolher quem terá o privilégio do nosso voto.



**Sedufsm** - 2018 será o ano no qual, em meio ao caos político, o Brasil realizará eleições presidenciais. Na sua opinião, como chega, nesse processo, a percepção da própria população a respeito da política? E quais atores e interesses têm tendência a lograr mais êxito perante esse cenário?

**Verlaine** - O cenário político é de “terra arrasada”. A percepção rasa é que estamos sob o caos. A mídia passa essa ideia errada o tempo todo. Há um desestímulo crescente em relação à política. O que faz com que a população (eleitores) confundam política, que é ciência não exata, com os chamados políticos. É preciso olhar todos esses problemas sob outra ótica. Não há solução para os complexos problemas nacionais fora da política. Será fazendo política, no sentido republicano, que teremos condições de ultrapassar essa profunda crise.

Terá mais êxito na disputa eleitoral quem conseguir convencer o eleitor que terá condições de recuperar as políticas sociais de inclusão. A era Lula-Dilma foi marcada por isso. Há um sentimento de perda enorme, em particular, entre a população mais pobre e carente. Assim, aquele que conseguir convencer que é mais capaz de oferecer políticas públicas de inclusão tende a ter mais perspectivas positivas.

**Sedufsm** - Seguindo na mesma linha, e como chega a própria classe política para essa eleição? Quão desgastadas estão as relações da própria política institucional, por exemplo? O que deverá ser levado em consideração na hora de construir alianças, definir bandeiras e escolher programas e plataformas?

**Verlaine** - Os chamados políticos estão deveras desgastados. Não é para menos. Há um sentimento de desesperança. Mas alerta que os eleitos o foram pelo voto secreto, direto e universal. Assim, pode-se constatar que o/a eleitor/a tem votado muito desatento. Nas democracias representativas, o representado (eleitor) é corresponsável pelo mandato do representante (o eleito). Observo ainda que o eleitor vota sem discernimento. Aqui há basicamente dois problemas: o confuso processo eleitoral para deputados (voto proporcional), em que o eleitor vota num candidato e elege outro, que é o problema do quociente eleitoral; e

o outro que é o voto alheado, descompromissado, desatento, despolitizado, inconsequente. Daí, depois, não adianta reclamar da qualidade dos eleitos. A qualidade dos eleitores determina a dos eleitos e vice-versa.

Para dar um voto consciente, o eleitor precisa, em síntese, identificar, com discernimento, se o candidato é honesto (ético), conhecer sua história. É preciso ainda examinar seu programa ou plataforma, saber o que pensa e o que pretende se eleito; e também procurar saber quem são seus doadores de campanha.

**Sedufsm** - Nesse cenário – não apenas eleitoral, mas de toda a complexa conjuntura que se acumula até aqui – qual o papel de ferramentas políticas como sindicatos e movimentos sociais?

**Verlaine** - São fundamentais. Sem essas instituições o processo de conscientização seria mais difícil. Porém, essas entidades precisam se colocar como protagonistas. Precisam tomar iniciativas para despertar o debate consciente e crítico, a fim de evitar o ceticismo que imobiliza, a apatia que leva ao pessimismo. Não se trata de ser “Poliana”, mas é preciso compreender que as forças do mercado e do capital querem desmobilizar para manter o status quo. Essa desmobilização para o povo não é positiva. Daí a necessidade dessas entidades chamarem o debate com os candidatos, aqueles identificados com as bandeiras majoritárias do povo, dos trabalhadores. Fazer política, nessa conjuntura, significa estar atento ao processo eleitoral e seus atores.

**Sedufsm** - É provável que o combate à corrupção seja o grande tema das próximas eleições, afinal, é uma pauta com inquestionável apelo popular. Contudo, não raros são os casos em que o combate à corrupção não passa de um simples jogo de palavras, sem efetividade prática e política – apenas eleitoral. O que a população pode fazer para, na hora de escolher seu voto, conseguir romper com a cortina de fumaça na qual se baseiam as campanhas políticas e perceber quais interesses efetivamente estão em jogo?

**Verlaine** - Nas eleições de outubro essa pauta será a que vai atrair as atenções dos eleitores. Chamo a atenção que este tema, embora relevante, não é o que deve nos fazer inclinar para esse ou aquele candidato. Honestidade é variável cidadã, republicana, moral, e não um atributo de candidato. Ser honesto é obrigação! Ninguém em estado normal é favorável à corrupção. Então, escolher como atributo central a honestidade é uma tergiversação do debate político. É preciso conhecer a plataforma, o que defendem os candidatos, para saber onde querem chegar e o que vão fazer para tal. Por fim, para escapar desse discurso anticorrupção, como se isso fosse a “cereja do bolo”, os eleitores terão que se imunizar. Essa imunização chama-se “discernimento político”.

# Saúde em Pauta

Na manhã do último dia de seminário, sexta-feira, 6, o professor aposentado do curso de Fisioterapia da UFSM, Jadir Lemos, organizou uma atividade de relaxamento para os servidores presentes no evento. Ainda que em meio às aceleradas rotinas de trabalho e às demandas impostas pela luta sindical e política, o professor destacou a importância de os (as) trabalhadores (as) reservarem um tempo para a saúde, o autocuidado e o lazer.

Foto: Ivan Lautert



## Depois da reflexão, **ação**

Em seu encerramento, seminário aponta para próximos passos através de agenda regional



Mesa VII iniciou com apresentação de relatorias de espaços anteriores

Texto e fotos: Rafael Balbuero

Durante os dois dias de realização do seminário "Servidor Público: um peso para a sociedade?", cerca de 40 pessoas assistiram a cinco mesas nas quais temas como educação na América Latina, carreira, situação econômica do servidor público, movimentos sociais, direitos adquiridos, perdas e conjuntura política estiveram em pauta. Mas foi ao final do último dia do evento (sexta-feira, 6) que um dos espaços centrais foi realizado. Afinal, de muito pouca utilidade seriam todas as discussões sem uma síntese e, especialmente, uma proposição a partir do que fora acumulado. Por isso, a mesa VII "planejamento e organização de agenda regional para 2018" cumpriu um papel tão importante.

Coordenada pela Sedufsm, a mesa teve início com a apresentação da relatoria de cada uma das mesas anteriores. Nesse sentido, cada pessoa responsável por secretariar cada um dos debates, fez um breve relato daquilo que fora discutido e apontado em cada eixo. A apresentação tinha justamente o objetivo de apontar um grande saldo das discussões, além de elencar propostas de encaminhamentos levantadas no decorrer do evento. Após esse primeiro momento, a mesa foi reconfigurada, passando a ser coordenada pelo Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) da Sedufsm, e teve como objetivo discutir e aprovar

cada um desses encaminhamentos. A partir disso, uma série de proposições foram aprovadas, como, por exemplo, a realização de um encontro entre os grupos de trabalho (GT's) do Andes na regional RS, o direcionamento para o Encontro Nacional de Educação (ENE) da proposta de realização de um encontro latino-americano sobre educação, e a elaboração de estratégias de ação e combate à reforma da previdência também em nível regional.

Para a professora Maria Beatriz Carnielutti, integrante do GTSSA da Sedufsm e uma das coordenadoras a mesa VII, dois podem ser apontados como os grandes saldos do evento: o trabalho que fica para ser realizado, agora precedido por toda a discussão realizada, e a retomada do contato entre diferentes entidades, GT's e instituições do estado. "Acho que aproveitamos muito, ficamos com muitas coisas para meditar, para pensar como que a gente vai fazer. Mais angustiados, talvez, um pouco mais aliviados por poder compartilhar essas angústias, e com muito mais trabalho. E acho que isso que tem que nos mover: trabalho. E vamos continuar trabalhando juntos, acho que isso é extremamente importante. Nós já tínhamos esse espírito coletivo aqui no Rio Grande do Sul, nós já trabalhamos muito, e acho que essa retomada vai nos dar um fôlego novo", declarou a professora no encerramento do evento.

# Editorial

**A**pós aproximadamente 10 horas ininterruptas de escuta e discussões, entremeadas por intervenções teatrais e atividades de distensionamentos, orientadas por profissionais da área e realizadas entre um debate e outro no próprio local de realização do Seminário, nos colocamos entre um percurso real, na sombra majestosa de um belo "Umbu", todos ébrio por pertencer a uma classe distinta da sociedade, a docência, em meio a qual circula um vigoroso contraste entre os seus componentes, as dificuldades de sermos docentes em uma era glamorosa da profissão e, ou, a de mulheres e homens mergulhados em um cotidiano de dificuldades, acusações e ataques em nossos direitos constitucionais.

Ao final deste chiste pictórico, se assim se pode dizer, ficamos, mais uma vez, entre um agir no interior do pensamento íntimo de sermos docentes, ou seja, nobre arte de depravar e de prostituir os idealismos e confessar a decadência, hoje marcada pelo desprestígio e esquecimento pela sua própria fragmentação no agir político dos docentes e da nossa qualidade de vida.

Não cabe aqui discurso panegirista de qualquer natureza, afiançar este ou aquele conjunto de pessoas no interior do coletivo de docentes sindicalizados que participaram do Seminário "Servidor Público: um peso para a sociedade?", mas, considerando a atual conjuntura política, econômica, social e cultural, há espaço para vermos determinadas práticas e situações de modo distanciado. Não para ficarmos imobilizados, pelo contrário, desnaturalizar, desconstruir noções, conceitos, práticas, estéticas. Esse distanciamento nos permite repensar o normativo: por que do normativo? De onde emergiu? Não é uma verdade absoluta?

Sim, talvez o normativo fosse criado por nós em algum momento e em determinada circunstância, até socialmente, mas, que como tudo exige ressignificar com as alterações no processo da luta pela qualidade de vida dos docentes.

Nessa perspectiva da desnaturalização e do desprendimento de algumas de nossas práticas enquanto docentes sindicalizados, a criar espaços nos quais não seremos engolidos e nem dominados pelo que produzimos, mas sim ter clareza de que nós docentes é que produzimos, logo, o normativo não é a verdade e, a verdade de fato não existe, o Seminário não avançou.

Muito provavelmente, apesar das abordagens todas durante o Seminário, não tenha ficado explícita e/ou não compreendida a problematização: o realismo e seus detratores ou os paladinos do idealismo? Afinal de contas "o que faz de nós o que somos?". Quais são nossas lutas na contemporaneidade? Quais serão nossas ferramentas?

Certamente, alguém dirá que a luta sindical é indefinível, poética, fantasiosa e tudo mais o que quiser, contudo, há uma convergência: só existe por si mesma e não conhece e nem se submete as regras a priori.

Assim, na luta sindical os deslocamentos e as transformações dos parâmetros de pensamento, a modificação no agir, dos valores e todo o trabalho para pensar de outra maneira, para fazer outra coisa, para tornar-se diferente do que se é. A luta sindical se faz na atualidade no agora e não com base em dogmas, receitas e verdades de lutas anteriores.

Por outro lado, o Seminário serviu para muito mais do que se fazer uma inquirição do pensamento em sua manifestação de acontecimento a emergir na luta sindical. Mostrou uma possibilidade que só é sabendo como se formou o que nós somos como docentes hoje, que é possível libertar-se do que somos na atualidade e que precisamos avançar na direção de uma agenda a refletir sobre o presente, sem perder a análise histórica dos saberes, ou seja, avaliar uma avaliação na direção de questioná-la se é o sintoma de afirmação da Vida ou de declinar da Vida.



**Francisco Freitas**

Professor aposentado da UFSM e integrante do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) da Sedufsm

**ADUFPEL**

**APROFURG**

**Regional RS do ANDES-SN**

**Seção Sindical do ANDES na UFRGS**

**SEDUFMS**

**SESUNIPAMPA**

**SINDOIFRS**

**SINASEFE Frederico Westphalen**

**SINASEFE Santa Maria**

**SINASEFE São Vicente do Sul**

## **Expediente**

A Revista digital do seminário "Servidor Público: um peso para a sociedade?" é uma produção da equipe de jornalismo da Sedufsm.

Editor: **Rafael Balbuena**

Redação e imagens: **Bruna Homrich, Fritz R. Nunes, Ivan Lautert e Júlia Maia (estagiária).**

Diagramação e projeto gráfico: **J. Adams Propaganda**

Programação: **Brantan Chagas**

O seminário "Servidor Público: um peso para a sociedade?" foi uma promoção do **Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) da Sedufsm**. O evento foi realizado em parceria com as seções sindicais do ANDES-SN em Pelotas (**ADUFPEL**), Rio Grande (**APROFURG**) e Porto Alegre (**Seção Sindical do Andes-SN na UFRGS**), e as seções do **Sinasefe** (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) em Santa Maria, São Vicente e Frederico Westphalen, e da **Sesunipampa** (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pampa). A organização do evento também contou com a participação do quadro funcional da Sedufsm: **Dirleia Balensiefer** (financeiro), **Paulo Marafiga** e **Rossana Siega** (administrativo), **Fernanda Brusius** (relações públicas) e **Maria Helena Ravazzi** (serviços gerais)